



## Ã? inconcebÃvel abordagem sem critÃ©rio para ver se motorista estÃ; bÃbado

A Lei Seca tem sido objeto de polÃmica, com relaÃo a sua constitucionalidade, o que não será objeto de abordagem aqui. Pretendo, sim, fazer uma reflexão sobre sua aplicabilidade, pois a finalidade da lei é revestida de nobreza quando tenta evitar ou reduzir as sérias e desastrosas consequências da união álcool/direÃo para prevenir os acidentes que tiram vidas humanas, em especial jovens mais arrojados e menos providos de responsabilidade.

Certo é que a maior contribuiÃo para a reduÃo satisfatória das tragédias, decorrentes daquele esposamento, consiste na fiscalizaÃo regular e contínua, porém, nos liames da legalidade.

Na hipótese, é ilegal, arbitrária e discriminatória, a forma de abordagem dos motoristas, por estar sendo violado o princípio da presunÃo da inocência. Ou seja, cidadão algum pode ter cerceado seu direito de exercer sua liberdade de locomoÃo, a menos que esteja cometendo flagrante delito, ou exista ordem judicial para sua privaÃo do direito de ir e vir.

Autoridades competentes e seus agentes não podem presumir que condutores de veículos, que não tenham praticado qualquer infraÃo no trânsito, estejam alcoolizados. A abordagem deve ocorrer quando constatada prática de ilicitude.

Portanto, infringido o Código Nacional de Trânsito, por qualquer veículo, tem-se, então, motivaÃo, diante da violaÃo de norma legiferante, justificando-se, a sim, a abordagem, com exigência da apresentaÃo de documentaÃo, sendo viável, inclusive, a avaliaÃo sobre eventual estado de alcoolismo do condutor, mas sem impor ao suspeito realizaÃo de prova, de qualquer natureza, contra si próprio, principalmente constringendo-o na via pública.

Após a lavratura do auto de infraÃo, pela violaÃo da norma de trânsito motivadora da abordagem, e entregue cópia ao infrator, constatado indício de alcoolismo no motorista, deverá ser ele conduzido  delegacia policial para outros procedimentos que desaguaro no Judiciário, que julgar dentro dos princípios processuais.

Inconcebvel, sob o ponto de vista legal, são as medidas desmotivadas de abordagem, sem qualquer critério objetivo, mas, ao contrário, realizadas indiscriminadamente. Resta, ainda, destacar, que a fiscalizaÃo deve ser aplicada a todos que cometam infraÃes no trânsito, para, então, ser possível levantar suspeitas sobre motoristas alcoolizados, pois são muitos os que sbrios são mais perigosos que alguns com pequena dosagem de álcool no sangue.



O objetivo de qualquer legislação não é punir, mas, sempre, disciplinar, educar e vedar a prática de atos danosos à sociedade. Agindo dentro da legalidade, sem suspeitas sobre fins políticos ou escusos de medidas fiscalizadoras, ter-se-á, com certeza, a preocupação dos motoristas em cumprirem as regras de trânsito, evitando a ingestão de bebidas alcoólicas ou ingerindo-as comedidamente, para não se sujeitarem aos transtornos policiais e judiciais.

Importa, ainda, destacar a obrigatoriedade do Poder Público em viabilizar transporte alternativo adequado para os que se privem dos automóveis particulares. É inconcebível que à noite cessem os serviços do metrô, sejam reduzidos os horários de circulação dos ônibus, cujos motoristas não são regularmente fiscalizados, sem contar o péssimo estado dos táxis, que cobram bandeira dois, e são conduzidos por motoristas cada vez menos preparados.

Por fim, é pertinente destacar que o bafômetro não é meio de prova irrefutável, muito menos contundente, dentre outros motivos porque sempre será questionada sua aferição. São, também, desconhecidos estudos científicos que asseverem ser a dosagem de álcool fixada na lei suficiente para caracterizar o estado de embriaguez.

O desrespeito a qualquer prerrogativa dos cidadãos fará com que o Judiciário absolva os acusados que não tiveram respeitados seus direitos fundamentais e puna o fiscal transgressor. A fiscalização regular, contínua e dentro da legalidade, para coibir transgressões no trânsito, no regime democrático, não pode, em hipótese alguma, violar direitos indisponíveis.